

Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa

Casa de Epitácio Pessoa

AO EXPEDIENTE DO DIA

07 de 04 de 1996

Em 06 de 04 de 1996

Presidente

PROJETO DE LEI Nº /95

444/96



INSTITUI NORMAS PARA EX-
POSIÇÃO DE PREÇOS AO PU-
BLICO E DA OUTRAS PROVI-
DÊNCIAS.

ART. 1º - Fica instituída a obrigatoriedade de exposição de preços à vista e à prazo de mercadorias expostas em vitrines de lojas e magazines instalados no Estado da Paraíba.

PARAGRAFO UNICO- deverão ficar visíveis aos clientes os preços em cada peça em exposição, condição de pagamento e variação no caso de pagamento parcelado.

ART. 2º - As empresas devem afixar em local de fácil localização, preferencialmente, junto aos caixas, tabela contendo os encargos financeiros cobrados, com juros e multas no caso de atraso no pagamento do crediário.

ART. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de dezembro de 1995.

VITAL DO REGO FILHO
Deputado/PDT

Aprovado em 07/05/96 Turno
Em 20/06/96

1.º Secretário

Assessoria ao Plenário
Constituiu no Expediente

Em 07/05/96

Diretor da Ass. ao Plenário

Assessoria ao Plenário

Constituiu no Expediente

2

Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa



JUSTIFICAÇÃO



O atual momento econômico nacional exige cada vez mais esclarecimentos do consumidor a respeito de tudo aquilo que lhe é oferecido no mercado.

Pequenos atritos são verificados diariamente nos quatro cantos do estado no que se relaciona a preços, prazos, juros e condições de pagamento pelo simples fato de não constarem nos produtos expostos nas vitrines.

Esta propositura vem ao encontro dessa carência, com o fim de também facilitar a vida do próprio comerciante que terá a oportunidade de lidar com um cliente consciente, determinado e certo do produto que irá comprar pois lhe será oferecida todas essas condições na própria vitrine da loja ou magazine quando da exposição do produto.



Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa



Designo como Relator
o Deputado Luiz Carlos
Em, 15 / 5 / 96
[Signature]
Presidente

4

Fabr e/ mator da

matric

ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Casa de Eptácio Pessoa



=====

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 444/96

INSTITUI NORMAS
PARA A EXPOSIÇÃO DE
PREÇOS AO PÚBLICO E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUTOR: DEP. VITAL DO RÊGO FILHO
RELATOR: DEP. LUIZ COUTO

P A R E C E R

I - RELATÓRIO

Apresenta-se para apreciação e emissão de Parecer Técnico de admissibilidade e mérito, por esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação o Projeto de lei nº 444/96, da lavra do eminente e atuante Deputado Vital Filho.

Busca o senhor parlamentar, em sua matéria, instituir normas para exposição de preços ao público e dá outras providências.

Este é o relatório

Aprovado o Parecer na
discussão única.

Em _____/_____/_____

1º. SECRETÁRIO



II - VOTO DO RELATOR

Cabe a relatoria desta Comissão, analisar tecnicamente e votar, quanto aos aspectos de Constitucionalidade, Juridicidade e Boa Técnica Legislativa, contidas na presente proposição, elementos esses, aos quais começo a declinar em meu parecer e emitir o respectivo voto.

VOTO PELA PROCEDÊNCIA E APROVAÇÃO DA MATÉRIA.

Após a observância necessária em torno da presente matéria, verificamos que a mesma de modo algum possui entraves quanto à sua tramitação, haja vista a presente matéria não possuir óbice capaz de obstaculizar sua tramitação e aprovação perante esta Comissão.

Trata-se de Projeto necessário, de grande envergadura, louve-se a pretensão autoral, pois, além de justa a brilhante iniciativa do jovem parlamentar, visa colocar à disposição do público mais um instrumento necessário ao controle inflacionário e a especulação de preços existente no comércio e nos serviços, como também, dispõe a presente proposição de uma tentativa de se colocar em prática um exercício de cidadania para o povo paraibano, haja vista o mesmo ter o direito de saber e controlar o que deseja adquirir e principalmente fiscalizar, dentro dos parâmetros exigidos pelo Código de Defesa do Consumidor e pela iniciativa espelhada. Desta feita, pelos argumentos articulados e pelo flagrante vício da proposição, o parecer e voto e pela Declaração de ~~in~~ Constitucionalidade da matéria.

É o meu voto

Filipe Couto
Dep. Luiz Couto

Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, de forma harmônica com o voto do relator, é de



Parecer pela Procedência e Aprovação do Projeto de Lei nº 444/96.

Este é o Parecer

Sala da Comissão, 05 de junho de 1996

Dep. Gervásio Maia
Presidente

Dep. Luiz Couto
Relator

Dep. Antonio Ivo
Membro

Dep. Zenóbio Toscano
Membro

Dep. Vani Braga
Membro

Dep. Tarcizo Telino
Membro

p/ Dep. Aécio Pereira
Membro



Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa

Ofício Nº 1202/CP

João Pessoa, em 27 de junho de 1996.

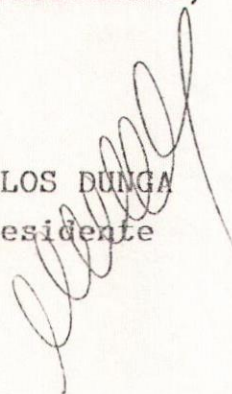


Senhor Governador,

Encaminho a Vossa Excelência o Autógrafo do Projeto de Lei Nº 444/96, de autoria do nobre Deputado VITAL FILHO, que institui normas para exposição de preços ao público e dá outras providências.

Atenciosamente,

CARLOS DUNGA
Presidente



Ao Excelentíssimo Senhor
JOSÉ TARGINO MARANHÃO
GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA
N E S T A.



Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa



AUTÓGRAFO Nº

PROJETO DE LEI Nº 444/96

Institui normas para exposição de preços ao público e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída a obrigatoriedade de exposição de preços à vista e à prazo de mercadorias expostas em vitrines de lojas e magazines instalados no Estado da Paraíba.

Parágrafo Único - deverão ficar visíveis aos clientes os preços em cada peça em exposição, condição de pagamento e variação no caso de pagamento parcelado.

Art. 2º - As empresas devem afixar em local de fácil localização, preferencialmente, junto aos caixas, tabela contendo os encargos financeiros cobrados, com juros e multas no caso de atraso no pagamento do crediário.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 27 de junho de 1996.

CARLOS DUNGA
Presidente

